

A BNCC e o novo ensino médio: a educação sob a ótica do neoliberalismo

RESUMO

Maria Luiza da Luz Munhozmarialuiza_munhoz@hotmail.comorcid.org/0000-0002-9629-0473

Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Paranavaí, Paraná, Brasil.

Paulo Jorge Medeirospaulojorge436@gmail.comorcid.org/0000-0003-3018-0922

Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Paranavaí, Paraná, Brasil.

Junior Neto Santanajrestagio@gmail.comorcid.org/0000-0003-1616-2736

Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Paranavaí, Paraná, Brasil.

Adão Aparecido Molinaadaoamolina@gmail.comorcid.org/0000-0001-9633-4707

Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Paranavaí, Paraná, Brasil.

Conceição Solange Bution Perinsolperin01@gmail.comorcid.org/0000-0002-4033-270X

Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Paranavaí, Paraná, Brasil.

Este texto tem por objetivo analisar a relação existente entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do Ensino Médio, considerando, por via das políticas educacionais, que a educação vem sendo pensada e organizada sob a ótica neoliberal. Para isso, o estudo consiste em uma pesquisa exploratória e qualitativa, com fontes bibliográficas, fundamentando-se no materialismo histórico dialético, sendo pautado em pesquisadores que discutem o tema, tais como: Duarte (2000), Rocha (2016), Costa e Molina (2020), dentre outros. A sua realização parte da inquietação incessante de compreender o quanto o lema “preparar para o mercado de trabalho” passou a ser norteador da educação nacional nas últimas décadas, secundarizando, assim, a real função da escola em promover o desenvolvimento pleno e emancipatório dos educandos. A BNCC e o novo Ensino Médio são evidências claras disso, acentuando a educação em um estado de subordinação aos ideais neoliberais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. BNCC. Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do novo Ensino Médio com os pressupostos do Neoliberalismo, buscando compreender qual tipo de indivíduo que os documentos educacionais, como a BNCC, estão formando.

Partindo desse objeto de investigação, recorreremos à Marrach (1996) para quem o Neoliberalismo é uma forma do governo, por meio de um conjunto de práticas, que busca mobilizar uma ideologia de caráter de direita nas instâncias da sociedade, ocasionando no aumento da desigualdade social.

Essa ideologia está presente nas políticas educacionais, por intermédio dos documentos que orientam toda a educação básica, dentre eles: a BNCC, que estabelece as competências que os alunos devem desenvolver ao longo da escolarização. Portanto, ao estudar a associação entre a BNCC e o Neoliberalismo, compreendemos que as políticas educacionais estão sendo elaboradas no intuito de formar indivíduos para a geração de capital, atendendo aos interesses da classe dominante. Desse modo, a educação deixa de formar um educando crítico e detentor de conhecimento científico para se tornar mais um “sujeito capacitado” para a demanda do mercado de trabalho.

A fim de atender tal objetivo, metodologicamente, a pesquisa de cunho bibliográfico, está fundamenta no materialismo histórico dialético, pautado em autores como: Marrach (1996), Duarte (2000), Rocha (2016), Costa e Molina (2020), entre outros. Logo, o texto está organizado em três seções, a saber: afinal, o que é neoliberalismo? BNCC e suas preconizações neoliberais, e por fim, o “novo ensino médio”: consagração neoliberal.

AFINAL, O QUE É NEOLIBERALISMO

Em um mundo marcado pela globalização, onde a expansão econômica, política e cultural é vista em níveis mundiais em uma conjuntura de integração das relações socioespaciais de caráter capitalista, de forma cada vez mais vertiginosa e em constante transformação, deparamo-nos com o predomínio de uma conjuntura neoliberalista em heterogêneos cenários.

Para a compreensão inicial de tal conjuntura, é válido ressaltar que esta se encontra alicerçada nos antigos ideais do liberalismo clássico, ao alvitrar a mínima intervenção do Estado na economia. A partir da década de 1970, o neoliberalismo tem ganhado grande força e se conformado como uma nova racionalidade que, de acordo com Silva *et al.* (2020), incute uma forma de governo com um conjunto de práticas cuja intenção é mobilizar uma posição ideológica de caráter de direita, e é vendido como um projeto de solução inovadora, inclusive em países como o Brasil, ainda imersos em variadas formas de desigualdade social.

Segundo Marrach (1996), no que concerne ao contexto histórico do neoliberalismo, ele se tornou uma ideologia dominante em um período marcado pelo processo no qual os Estados Unidos da América detêm a hegemonia exclusiva no planeta, procurando responder à crise do estado nacional por meio do comércio

e do uso de novas tecnologias. Para a autora, enquanto no liberalismo clássico, na época da burguesia nascente, propunham-se os direitos

do homem e do cidadão, incluindo a educação, “o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do estado no amparo aos direitos sociais” (MARRACH, 1996, p. 1). Assim, em uma tentativa de definir o conceito de neoliberalismo, ressaltamos, em concordância com Harvey (2005, p.3, grifo nosso), que ele consiste, em primeiro lugar, em uma:

Teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do **estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro**. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.

Em outras palavras, o neoliberalismo concerne a uma transnacionalização de forças produtivas e de relações de produção, que atravessa territórios e fronteiras, assim como os regimes políticos e as culturas. Tais forças produtivas, segundo Ianni (1998), consistem no capital, a tecnologia, a força e a divisão de trabalho, o mercado, o planejamento e a violência, que concretizam a transformação das formas de vida e de trabalho.

Ademais, as relações de produção, remetem à empresa, à corporação, ao conglomerado, ao Estado de direito, aos códigos jurídico-políticos, à contabilidade, à produtividade, à competitividade e à lucratividade. Segundo Ianni (1998), envolvem práticas e ideias, modos de pensar e de agir, em geral racionais, pragmáticos ou instrumentais, que generalizam as condições dos fatores de produção.

É nessa conjuntura socioeconômica que se vem criando e recriando a nação que, sob vários aspectos, transforma-se em seus mais variados âmbitos socioeconômicos e culturais, em um contexto do neoliberalismo, representando, de acordo com Marrach (1996, p. 1), “uma regressão do campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma grande crise”.

Esse contexto se evidencia no âmbito educacional, em que em um discurso neoliberal a educação deixa de ser vista como pertencente a um importante campo social e político, passando a ser considerada um mero instrumento do mercado, funcionando à sua semelhança.

Tal concepção é exemplificada, segundo Porfírio (2021), pelas privatizações e/ou terceirizações dos sistemas públicos de ensino, cujas parcerias evidenciam uma recusa dos governos a assumirem, por completo e com responsabilidade, o

compromisso com a educação pública, passando a ideia de que a educação deve ser retirada das mãos do Estado para que ele tenha menos nus.

Evidenciam-se lógicas neoliberais na Educação, tais como a meritocracia e a competitividade no mundo capitalista. Essas lógicas, em contexto social do Brasil, marcado pelas desigualdades dos estudantes, sobretudo aqueles oriundos da escola pública e da periferia, com baixa renda e envoltos pela criminalidade, apenas reforça a perversão de uma ideologia que enfatiza que a saída para os problemas sociais  de exclusiva determinação dos indivíduos. Assim, criam-se novos problemas colossais no mundo social e cultural, onde as desigualdades sociais, econmicas e culturais apenas crescem.

Aqui, cabe uma reflexão, com a qual concordamos, feita por Marrach (1996), de que a retórica do neoliberalismo no âmbito social, e em especial sobre a Educação, é a de que ela possui um papel estratégico na solução de problemas sociais, dentre os quais, três objetivos educacionais podem ser evidenciados, conforme seguem: atrelar a educação escolar para o trabalho e a pesquisa acadmica ao mercado; tornar a escola um meio de transmissão de princípios doutrinários neoliberais e; fazer da escola um mercado para produtos da indústria, sobretudo culturais e tecnológicos.

Sob este enfoque ideológico, o aluno passa a ser um sujeito de construção do seu próprio conhecimento, um ser crítico e em formação para a vivência em sociedade para agir em transformação social, para um mero consumidor do ensino. Enquanto isso, o professor, deixa de ter o seu papel social e político na busca por esse processo de construção dos saberes significativos, para ser um funcionário treinado e competente, visando a preparar os alunos para um mundo no qual o mercado de trabalho é o meio e o fim do processo educativo, orientando-os apenas para práticas utilitárias a curto prazo para este fim.

BNCC E SUAS PRECONIZAÇÕES NEOLIBERAIS

Como vimos na seção anterior, o Neoliberalismo é uma doutrina socioeconmica que contempla um conjunto de ideais políticos e econmicos do sistema Capitalista vigente, sendo influenciador em todos os segmentos da sociedade, dentre eles a educação.

No âmbito educacional o Neoliberalismo se faz presente por meio das políticas educacionais, de maneira que a educação é entendida como o “combustível” dos seus ideais e objetivos, passando então a ser pensada e organizada em prol dos interesses e necessidades do mercado, secundarizando, assim, sua primordial função, que é a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.

Em outras palavras, é por meio das políticas educacionais que o Neoliberalismo adentra, cada vez mais, o ambiente escolar, ganhando forma e contudo. Todavia nem sempre se apresenta de maneira clara, mas seus objetivos estão mascarados nas entrelinhas, a ponto de não ser vislumbrado por uma grande maioria de educadores.

Ao discutir sobre o assunto, Paro (2001) problematiza o quanto ainda são tímidas as posturas críticas acerca das influências neoliberais via políticas

educacionais para a educação básica. Segundo ele, para muitos educadores o Neoliberalismo:

[...], é visto muito mais a partir de slogans, não se percebendo, entre outros aspectos como a defesa das leis “naturais” do mercado se coloca contra a própria especificidade do trabalho pedagógico, como consequências determinantes sobre as ações dos educadores em sala de aula [...] (PARO, 2001, p. 30).

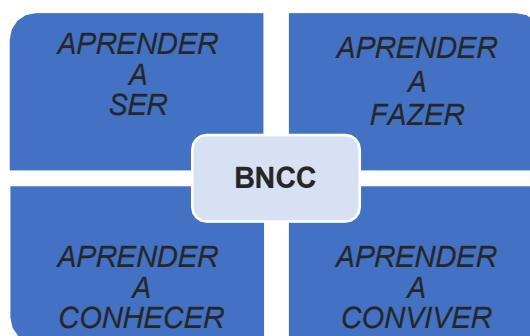
A partir da ponderação do autor, não podemos deixar de enfatizar que no campo educacional o Neoliberalismo acaba ditando o que ensinar e como ensinar. Isso significa que a prática docente e o currículo escolar são o foco de suas interferências, o que é possível perceber mediante a mais atual política educacional, denominada de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento promulgado pelo MEC em 2017, dirigido para organizar o ensino na educação básica brasileira.

Segundo consta na sua própria introdução, a BNCC é:

[..] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 7, grifo do autor).

Com a justificativa de superar as desigualdades curriculares em território nacional, promovendo e assegurando a igualdade e equidade do acesso ao conhecimento a todos os estudantes brasileiros, a BNCC não surgiu do nada, sendo pensada e elaborada a partir de preconizações da própria Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 – LDBEN, e conforme já citado, do Plano Nacional de Educação – PNE. Esses documentos constituem os principais marcos legais da Base (Figura 01).

Figura 01 – BNCC e os quatro pilares da educação



Fonte: Autoria própria.

Não por acaso, para além dos documentos nacionais, a BNCC é fruto de orientações e de exigências de organismos internacionais, que preconizam um modelo de educação para o século XXI, a partir de uma agenda educacional

globalmente estruturada, que visa a garantir as aprendizagens individuais necessárias à formação dos indivíduos para o mercado de trabalho.

O Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), são exemplos claros, considerando a própria fundamentação pedagógica do documento ao enfatizar o direcionamento do trabalho pedagógico a ser desenvolvido em prol de competências e habilidades, tanto gerais como específicas. A respeito, Costa e Molina (2020) contribuem acentuando que:

[...] no âmbito da BNCC, a noção de competência é utilizada no sentido de mobilização e de aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla, (conceitos, procedimentos, valores e atitudes). Portanto, “ser competente” significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído. Percebe-se aqui uma predominância do aprender a aprender para o saber fazer. (COSTA; MOLINA, 2020, p. 484, grifos dos autores).

A colocação dos autores supracitados, sinaliza o quanto a BNCC encontra-se aliada aos quatro pilares da educação para o século XXI, apresentados pela UNESCO em 1996, no denominado Relatório Jacques Delors, conforme seguem na figura 1.

Esses pilares são consideradas a nova base epistemológica para a educação do novo século, sem as quais, segundo os seus organizadores, seria impossível solucionar problemas sociais e preparar os indivíduos para o exercício de uma nova cidadania global, voltada para a paz mundial.

Sobretudo, aliado ao ideário político-ideológico da Unesco, o lema Aprender a Aprender é muito destacado na BNCC, sendo norteador das suas preconizações curriculares e pedagógicas. Sob a ótica neoliberal, esse lema coloca em ênfase a necessidade de constante adaptação do educando para o atendimento das exigências do capitalismo contemporâneo. Duarte (2000, p.09), tece suas críticas contundentes ao afirmar que esse Relatório:

[...] preconiza que à escola não caberia a tarefa de transmitir o saber objetivo, mas sim a de preparar os indivíduos para aprenderem aquilo que deles for exigido pelo processo de adaptação às alienadas e alienantes relações sociais que presidem o capitalismo contemporâneo.

Sendo assim, a BNCC acaba propondo um esvaziamento do papel pedagógico e social da escola, e o docente é levado a preparar seus alunos a serem adaptáveis às exigências do processo de produção, sob a prevalência de sua formação integral e emancipatória, afinal o lema Aprender a Aprender “[...] é um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população, enquanto por outro lado, são buscadas formas de aprimoramento da educação das elites. [...]” (DUARTE, 2000, p. 09).

A partir daquilo que afirma Duarte (2000), afirmamos o próprio processo de elaboração da BNCC que por um lado foi cercado de críticas por parte da maioria

dos educadores e pesquisadores em educação do país, já por outro lado, foi marcado pelas parcerias diretas com empresas e instituições financeiras.

A BNCC hoje vigente, deu-se mediante três versões. A primeira e a segunda versão da BNCC foram disponibilizadas sequencialmente nos anos de 2015 e 2016. Período no qual Dilma Rousseff ainda era presidenta. De uma versão para a outra, houve algumas mudanças, considerando, a princípio, que quem ocupava o cargo de Ministro da Educação era Renato Janine Ribeiro que passou a ser Aloizio Mercadante.

Mudanças de fato foram evidentes na versão final da BNCC homologada em 2017, considerando uma nova ótica de governo, que havia tomado recentemente o poder, decorrente do impeachment da, até então, presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. O “Golpe” sofrido pela Presidenta Dilma levou o seu vice-presidente Michel Temer a ocupar a presidência da república, e assim houve uma:

[...] alteração do plano de governo e a elaboração de novas normatizações trabalhistas e previdenciárias, dentre outras demandas. Concomitantemente, crimes de corrupção são julgados e amplamente divulgados na grande mídia. O discurso da crise financeira prevalece em todos os setores sociais. Enfim, há um clima de instabilidade que, por conseguinte, acarreta em mudanças extremas na vida dos brasileiros, principalmente, na dos trabalhadores. A BNCC, desse modo, assim como quaisquer textos, não escaparia aos reflexos e refrações dessas situações (JACOB; DIOLINA; BUENO, 2018, p. 90, grifo nosso).

Conforme consta na última versão, desde a primeira, todas foram disponibilizadas para consulta pública, gradativamente de uma para outra, o número foi crescente (BRASIL, 2017). Assunto este que intriga muito os educadores e pesquisadores em educação, afinal ao tratar sobre a primeira e segunda versão, Rocha (2019, p. 85) problematiza dizendo que “[...] isso não significa que as sugestões tenham sido efetivamente ouvidas e atendidas nas versões posteriores, considerando que quem determina o que modificar, suprimir ou acrescentar no fim das contas é a equipe gestora”.

Sobre as críticas ainda se acrescenta que para a homologação da versão final em 2017, os professores que são os que mais deveriam ser ouvidos, não tiveram a possibilidade de discutirem da maneira mais propícia um documento de tal grandeza e importância que tem a BNCC. Questão integrante ao contexto destacado por Rocha e Pereira (2018, p. 50) ao ressaltar que “[...] a participação na formulação da política da BNCC foi meramente formativa e que as condições para que essa participação fosse efetivada não foram garantidas, não sendo a formulação do documento, por isso, democraticamente participativa”.

Essa ponderação contrapõe-se à ideia de participação coletiva, tão defendida pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Conselho Pleno (PN), na Resolução do CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui a BNCC, ao apontar que:

[...] desenvolveu esse trabalho de discussão da Base Nacional Comum Curricular mediante articulação e ampla participação de toda a

comunidade educacional e sociedade brasileira, promovendo audiências públicas nacionais nas cinco regiões do país: (...). os mais diversos segmentos da sociedade tiveram real oportunidade de participação, e efetivamente ofereceram suas contribuições, as quais se consubstanciaram em documentos essenciais para que este Projeto de Resolução [...] (BRASIL, 2017b, p. 03, grifo nosso).

A questão levantada sinaliza uma problemática evidente e concernente à BNCC, que é o envolvimento de empresas e instituições financeiras na elaboração de políticas educacionais, que acabam apresentando mais vez e voz do que os próprios profissionais da educação.

Macedo (2014), ao debater o assunto, é objetivo em contextualizar que o processo de elaboração da BNCC encontra-se intimamente relacionado às exigências dos blocos econômicos do Mercosul na década de 1990, que propunham padronizações curriculares para facilitação de transição entre os países integrantes.

Neste sentido, o movimento em prol da BNCC foi marcado pelo envolvimento e pela interferência de instituições e de empresas privadas, sendo que Macedo (2014, p. 1540) cita a título de exemplo “[...] Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola [...]”.

A parceria com empresas, como as supracitadas, expressa uma abertura para o controle da educação sob um viés empresarial e, portanto, sob a ótica neoliberal, cujos predicativos do modo de produção da vida material são ditados para o processo de ensino e de aprendizagem, correspondendo, assim, àquilo já ressaltamos anteriormente: a preparação dos educandos para serem flexíveis e adaptáveis às demandas e às necessidades do mercado de trabalho para a reprodução do capital.

Tal preparação torna-se ainda mais nítida com a homologação da BNCC específica para o Ensino Médio em 2018, em detrimento do discurso e do processo de reforma da última etapa da educação básica afirmada a partir de 2017. Esse é o nosso objeto de discussão na próxima seção.

Na análise geral da BNCC, cremos não ser um equívoco considerar que ela marca um avanço das ideias neoliberais no âmbito da educação, cujo foco é formar educandos aos moldes do dinamismo capitalista, sem de fato preocupar-se com uma formação plena, emancipatória, apresentada no documento, porém deixada em segundo plano.

O “NOVO ENSINO MÉDIO”: CONSGRAÇÃO NEOLIBERAL

Para entender o processo de elaboração da BNCC e a Reforma do “Novo Ensino Médio”, é preciso retomar a ideia de Thompson (1981, p. 58), que aponta que “os contextos não são isolados, eles são resultados de processos históricos. Para entendermos o presente, é necessário compreendermos a que momentos históricos eles se relacionam”. Ou seja, as mudanças propostas para a educação

expostas nesses dois documentos, não foram desenvolvidas da noite para o dia, mas sim foram fruto de um acontecimento histórico que se avançou nas últimas décadas, modificando a estrutura social, cultural e educacional do país.

Para nos localizarmos a qual contexto estamos inseridos, é preciso reconhecer o cenário atual como um campo predominante da “Ideologia Neoliberal”, isso é, tudo precisa se transformar em lucro. E para chegar a esse objetivo, o pensamento neoliberal, apresenta as “Reformas” como a única solução para os problemas evidentes. Sendo assim, a educação precisa se transformar. Caetano (2015), nos chama a atenção para entender como as reformas modificam a estrutura e o funcionamento da escola como um todo.

Vale destacar que o objetivo do pensamento neoliberal, é obter lucro em suas relações, ou seja, é essa ideologia que garante a sustentabilidade da sociedade capitalista na qual a mesma está estruturada. Sendo assim, a educação passa a ter um papel importante na manutenção do sistema, a educação é responsável por gerar mão de obra para o mercado, mas acaba perdendo o seu foco principal que é a formação humana.

No debate sobre educação, Ferreira (2017), aponta que o sistema educacional no Brasil já vem a alguns anos sendo bem debatido, os seus problemas refletem em questionamentos como, a qualidade da educação o acesso dos alunos aos bancos escolares, e claro essas críticas tendem a aumentar quando se fala do Ensino Médio.

Sendo assim, essa conjuntura vulnerável da educação se tornou solo fértil para a ideologia neoliberal que, cada vez mais, avança com os ideais de “privatizar o campo da educação através de noções como a precariedade, desmonte e sucateamento da educação pública” [...] (DA SILVA *et. al.*, 2020, p.128).

De modo geral, para o neoliberalismo a educação está a serviço do mercado, dessa forma, “a educação é concebida como mercadoria, comprada e vendida como qualquer outra” [...] (BORGES, 2020, p. 8). Sendo assim, a lógica neoliberal faz com que “a educação passa a ser um mercado de potencial lucrativo e a privatização desta avança, em detrimento da diminuição do investimento público” (MELO; SANTI, 2021, p. 64423).

Assim sendo, a educação passa ser uma porta que contribui para a efetivação de “um projeto econômico global, que se manifesta ainda em avaliações em larga escala nacionais e internacionais” (COUBE, 2018, p. 2-3). Ou seja, o próprio projeto para a educação, é que a mesma atenda aos interesses da lógica neoliberal, do mercado.

De certa forma, podemos dizer que, cada vez mais, a lógica neoliberal trabalha para que a educação possa atender aos seus objetivos, e, assim, investe em um discurso de desvalorização da educação pública, como evidenciamos anteriormente. Mas é importante lembrar que o neoliberalismo não fica só no discurso e, de uns anos para cá, o seu objetivo para com a educação é o:

[...] de formatar a educação e as escolas em torno dos métodos de trabalho flexíveis e, para tanto, é fundamental padronizar os

conteúdos e as competências de alunos e de professores, determinando precisamente como deve transcorrer o processo de ensino e aprendizagem (LOPES; MARQUES; VIEIRA, 2020, p.101).

A ideia do neoliberalismo com esse passo é fazer com que, além de atender os interesses do mercado, a educação passe a ser controlada, pois tendo a educação sob seu controle é a melhor forma para investir em uma educação que forme um indivíduo flexível e adaptável às mudanças do mercado.

Podemos dizer que a concretização da formatação da educação proposta pelo neoliberalismo no Brasil chegou pela conhecida Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que esse documento deixa clara a presença da ideologia neoliberal no decorrer de seu texto.

Um exemplo que reflete essa ideologia, é o fato de que a BNCC, por ser um documento orientador da educação e da formação humana das novas gerações, deveria apontar o caminho a ser trilhado pela educação no processo de formação dos indivíduos, mas, não o faz, ela valoriza apenas a ideia de “habilidades e competências”, ou seja, deixa claro que os alunos precisam aprender a fazer, valorizando uma educação pragmática.

A BNCC modificou a estrutura da educação trazendo algumas modificações radicais, como por exemplo a desvalorização do currículo, o mesmo perde todas as suas características, que eram apontadas em documentos anteriores à BNCC voltados para educação básica. Com a BNCC, o currículo passa a ser “um padrão global sobre o que é necessário (e legítimo) ensinar/aprender” (FERREIRA, 2017, p. 303). Isso resulta em uma perda de conteúdo para o currículo escolar, pois os alunos aprenderão aquilo que for necessário para o trabalho, contribuindo para a acumulação e a reprodução do capital das classes já condicionadas pela divisão social do trabalho.

Para Borges (2020) a BNCC é fundamentada na pedagogia neoliberal, por isso, valoriza as competências. Mas, na verdade o seu real se traduz em “as competências na educação estão relacionadas a realização de uma formação diretamente associada às qualificações exigidas pelo mercado no contexto da acumulação flexível” (BORGES, 2020, p.11). Vale destacar que com esse passo a educação está diretamente ligada ao mercado, e a formação do indivíduo é somente para o trabalho.

Branco *et. al.*, (2018), aponta que a BNCC tem em seu texto uma visão neoliberal, pois o documento valoriza que a formação priorize as habilidades e as competências, ou seja, são os temas neoliberais que buscam a formação do indivíduo flexível. Podemos dizer que a BNCC procura espalhar os ideais neoliberais para todas as fases da educação básica, mas é no Ensino Médio que temos a consagração destas ideias, porque é nesse período que os jovens estão buscando as formações profissionais.

O Ensino Médio foi alvo de muitas mudanças provocadas pela BNCC, mas a grande transformação veio por meio da Reforma da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que trouxe para essa fase do ensino grandes mudanças, alterando até mesmo a LDB 9393/69. Pois com a lei o Ensino Médio ganhou um novo olhar, vale

destacar que a Lei ficou popularmente conhecida como a Reforma do Ensino Médio.

Para os ideais neoliberais a Lei 13.415 é vista como a solução para os problemas da educação voltada para o Ensino Médio, mas na realidade a mesma representa um retrocesso para a educação, uma vez que em seu texto ela apresenta uma redução da carga horária, não se tem a valorização do currículo que, por sua vez, a formação tem como base os itinerários formativos. Outro ponto que merece destaque é que os investimentos para a educação estão cada vez mais escassos, o que facilita a relação público-privado, e é nesse sentido que consideramos que com a Reforma do Ensino Médio os ideais neoliberais se concretizaram.

Sobre a Lei 13.415/2017, Kuenzer (2017, p.344-345) chama a atenção para o fato de que essa Lei:

[...] abre a possibilidade de substituir parte da formação que seria dada nas escolas de ensino médio por cursos a distância, módulos ou cursos ofertados por outras instituições, em um nítido processo de flexibilização curricular que relativiza a organização curricular sistematizada, notadamente na formação técnica e profissional.

Entretanto, a Lei como um todo para a educação, significa retrocessos, de modo que a mesma não apresenta em nenhum momento de seu texto uma valorização do currículo, do professor e da escola como um ambiente de conhecimento. O seu foco é manter a formação flexível, que é fundamental para o funcionamento e a manutenção do sistema capitalista, em outras palavras, pode-se dizer que o neoliberalismo alcançou seu objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, identificamos que o Neoliberalismo, enquanto doutrina econômica e ideológica, busca por meio da educação concretizar os seus objetivos perante a sociedade. Nesse sentido, a educação perde suas características de formação humana, e passa a ser apenas um instrumento a serviço dos interesses capitalistas.

Para que a educação consiga suprir todos os interesses da nova doutrina, o neoliberalismo influencia os documentos norteadores do processo educacional, um exemplo claro de todo esse processo é a elaboração da BNCC. Pois o documento deveria nortear a educação, mas na verdade a ele coloca a educação a serviço do mercado. Nesses termos, a educação busca formar um indivíduo preparado para o mercado de trabalho promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências para, assim, formar indivíduo flexível que passa ser adaptável a todas as demandas da sociedade.

Vale destacar que a BNCC não é o único documento que recebe a influência do neoliberalismo. A Lei 13415/2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio, também deixa claros os seus ideais neoliberais para a educação, de modo que a Lei reforça a formação flexível para os indivíduos, sendo que ela não valoriza o ensino. Assim sendo, as consequências para a educação chegam por meio de uma

total desvalorização do processo de aprendizagem, em síntese o documento forma o jovem estudante para o trabalho, por meio do saber fazer.

De modo geral reafirma-se que o neoliberalismo continua avançando na sociedade atual. É importante destacar que tudo isso é fruto de um projeto ideológico que foi sendo construído ao longo dos anos. E o resultado final desse processo se caracteriza na perda de direitos historicamente conquistados pelo cidadão, como saúde e educação, e com os avanços do neoliberalismo esses direitos são transformados em mercadoria no livre mercado. Em linhas gerais, o neoliberalismo se concretiza quando os direitos passam a ser ofertados pelo Estado como mercadoria, a exemplo a educação na atualidade, que está totalmente vinculada aos interesses do capital.

The BNCC and the new high school: education under the view of neoliberalism

ABSTRACT

This text aims to analyze the relationship between the National Curricular Common Base (BNCC) and the reform of High School, considering, through educational policies, that education has been thought and organized from a neoliberal perspective. For this, the study consists of an exploratory and qualitative research, with bibliographic sources, based on dialectical historical materialism, being guided by researchers who discuss the topic, such as: Duarte (2000), Rocha (2016), Costa and Molina (2020), among others. Its realization stems from the incessant concern to understand how much the motto “prepare for the job market” has become a guide for national education in recent decades, thus secondary to the real role of the school in promoting the full and emancipatory development of students. The BNCC and the new High School are clear evidence of this, emphasizing education in a state of subordination to neoliberal ideals.

KEYWORDS: Educational policies. BNCC. High school.

REFERÊNCIAS

ACOB, Ana Elisa; DIOLINA, Kátia; BUENO, Luzia. Os gêneros orais na penúltima versão da Base Nacional Comum Curricular: implicações para o ensino. **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 85-104, 2018.

BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; IWASSE, Lilian Fávoro Alegrância; ZANATTA, Shalimar Calegari. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. **DEBATES EM EDUCAÇÃO**, v. 10, p. 47-70, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação – MEC. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. 2017a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação – MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017. 2017b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei Nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BORGES, Kamylla Pereira. “Eu vejo o futuro repetir o passado”: BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-24, 2020.

CAETANO, Maria Raquel. Ensino Médio no Brasil e privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. XXIV, p. 84-99, 2015.

COSTA, Raquel da. MOLINA, Adão Aparecido. Elaboração e implementação da BNCC (2015/2017) na educação pública brasileira: aproximações com o ideário político-ideológico da UNESCO. **Revista Cocar**, v. 14, n. 29, p.477-497, maio/ago./ 2020.

COUBE, André Luiz da Silva. BNCC: POLÍTICA DE CURRÍCULO NEOLIBERAL. In: ANPED, Anais da 13ª Reunião Regional Sueste, 2018, Rio de Janeiro. ANPED, 2018, p. 1-4.

DA SILVA, Robson Guedes. RODRIGUES, Ana Flor Fernandes. FERNANDES, Diogo Pedro da Silva. ALVES, Karina Mirian da Cruz Valença. NEOLIBERALISMO E

EDUCAÇÃO: NOTAS DE UMA RACIONALIDADE EXCLUDENTE. Revista Inter Ação, 45(1), 123–133.

DUARTE, Newton. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem em progresso. Educ. Soc. Campinas, v. 38, nº. 139, p. 293-308, abr-jun., 2017.

HARVEY, David. O neoliberalismo: História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. São Paulo em perspectiva, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

KUENZER, Acácia Zeneida. TRABALHO E ESCOLA: A FLEXIBILIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. Educ. Soc., Campinas, v. 38, no. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

LOPES, Gustavo de Faria; MARQUES, José Elias Domingos Costa; VIEIRA, Renato Gomes. UMA BASE CURRICULAR PARA TEMPOS NEOLIBERAIS. In: BÔSCARO, Ana

Paula Dutra. História: diálogos contemporâneos. Ponta Grossa: Atena, 2020. Cap. 9. p. 101-110.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. São Paulo: Cortez, p. 42-56, 1996. Disponível em: <<http://portal.iadebrasil.com.br/pos/biblioteca/alfabetizacao-letramento/modulol/pdf/3%20Neoliberalismo%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

MELO, Mariana de Oliveira. SANTI, Rodrigo Giuli Orlando. Os impactos do neoliberalismo na educação brasileira: uma análise sobre a BNCC. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.6, p. 64422-64430 jun. 2021.

PARO, Vitor Henrique. Políticas Educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. p. 29-47. In DOURADO, Luiz Fernando; PARO, Vitor Henrique. (Org.). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.

PORFÍRIO, Francisco. Neoliberalismo. In: UOL: Mundo Educação. 2021. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-1.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. A prosopopeia da base nacional comum curricular e a participação docente. Horizontes, v. 36, n. 1, p. 49-63, 2018.

ROCHA, Joelma de Souza. Políticas linguísticas e ensino de línguas: um estudo inicial sobre o papel do professor como agente de políticas linguísticas. [Trabalho

de Conclusão de Curso]. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Curso de Letras - Português/Inglês, 2016.

SILVA, Robson Guedes; RODRIGUES, Ana Flor Fernandes; FERNANDES, Diogo Pedro da Silva; ALVES, Karina Mirian da Cruz Valença. Neoliberalismo e Educação: notas de uma racionalidade excludente. *Inter-Ação*, v. 45, n. 1, p. 123-133, 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Recebido: abril 2023.

Aprovado: maio 2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/etr.v7n2.16428>.

Como citar:

MUNHOZ, M. L.; MEDEIROS, P. J.; SANTANA, J. N.; MOLINA, A. A.; PERIN, C. S. B. A BNCC e o novo ensino médio: a educação sob a ótica do neoliberalismo. *Ens. Technol. R.*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 16-31, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/16428>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Maria Luiza Munhoz
Universidade Estadual do Paraná. Campus de Paranavaí. Av. Gabriel Experidião, SN, Paranavaí, Paraná, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

